

# **CÂMARA MUNICIPAL DE PENACOVA**

## **ACTA N.º 8**

### **ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PENACOVA, REALIZADA NO DIA 19/4/2007.**

Aos dezanove dias do mês de Abril do ano de dois mil e sete, na Sala de Sessões dos Paços do Município, realizou-se uma reunião ordinária a que presidiu o Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Maurício Teixeira Marques, com a participação dos Vereadores Senhores Óscar José Marques Simões, Pedro Miguel Marques Carpinteiro, Zita Maria Videira Henriques, Maria Teresa dos Santos Morgado Martins, Álvaro José Manaia Pinheiro e António Ralha Ribeiro.-----

Secretariou a reunião a Assistente Administrativa Especialista Rosa Maria Martins Henriques.-----

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião quando eram quinze horas e trinta minutos.-

#### **PONTO I INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA**

----- Convidou os Senhores Vereadores para a apresentação da Carta Educativa, por parte da equipa encarregue da sua elaboração, no próximo Sábado, dia 21 de Abril, pelas 15 horas, no Auditório das Piscinas Municipais.-----

## **PONTO II INTERVENÇÃO DA VEREAÇÃO**

----- Não se registaram intervenções.-----

## **PONTO III DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

### **3.1 - APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA 9 DE ABRIL DE 2007.-----**

----- Posta a votação a acta n.º 7/2007 foi aprovada com a abstenção dos Senhores Vereadores Maria Teresa dos Santos Morgado Martins e António Ralha Ribeiro, por não terem estado presentes na reunião.-----

### **3.2 - SECÇÃO FINANCEIRA**

#### **3.2.1 - Situação Financeira.-----**

----- Presente ao Executivo o Resumo Diário de Tesouraria referente ao dia 14/04/2007, pelo qual tomou conhecimento que o total de disponibilidades deste município é de € 2.156.099,57 (dois milhões cento e cinquenta e seis mil noventa e nove euros e cinquenta e sete cêntimos), sendo o montante de operações orçamentais de € 1.958.713,29 (um milhão novecentos e cinquenta e oito mil setecentos e treze euros e vinte e nove cêntimos) e o de operações não orçamentais de € 197.386,28 (cento e noventa e sete mil trezentos e oitenta e seis euros e vinte e oito cêntimos).-----

#### **3.2.2. - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO ECONÓMICO DE 2006.-----**

----- Senhor Presidente da Câmara-----

----- Fazendo referência ao Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município de Penacova, referente ao ano de 2006, salientou que o documento que aqui se apresenta tenta espelhar de uma forma exaustiva toda a gestão municipal, bem como as verbas envolvidas em tudo o que esteve inerente à actividade desenvolvida, que decorreu no ano transacto.-----

----- Reconhece que todos ambicionariam fazer mais e melhor, no entanto nem sempre é possível levar a cabo tudo o que se pretende.-----

----- Realçou que o ano de 2006 e também o início de 2007 se caracteriza pelo fim do III QCA e início de um novo quadro comunitário de apoio, motivo pelo qual as despesas de investimento são inferiores ao ano de 2005.-----

----- Neste contexto, o exercício de 2006 acabou por se traduzir num resultado líquido um pouco inferior ao ano anterior, todavia representa um valor positivo, que de certa forma nos enaltece.-----

----- Acrescentou que, o documento que aqui se apresenta foi trabalhado de forma exaustiva, permitindo um conhecimento cabal da actividade da autarquia e espelha bem a capacidade e competência de quem o elaborou, em toda a secção financeira, particularmente a Dr<sup>a</sup> Anabela, que teve a seu cargo a elaboração deste relatório, a quem agradece.-----

----- Este documento traduz também o contributo de todos quantos se empenharam na gestão do município no decorrer do ano de 2006 e por isso o seu agradecimento.-----

----- Assim, deu a palavra à Dr<sup>a</sup> Anabela, para de forma sucinta, dar uma explicação mais técnica relativa ao documento em análise, que expôs:-----

----- Tal como foi referido pelo Senhor Presidente da Câmara, o Relatório pretende fazer um resumo de toda a actividade desenvolvida ao longo do ano de 2006.-----

----- Relativamente à Análise Orçamental, verifica-se uma diminuição de receita do município em cerca de 4,41%, que se deve essencialmente à diminuição das receitas de capital, nomeadamente diminuição de verbas transferidas por parte dos fundos comunitários, uma vez que estamos no final do III QCA.-----

----- No que se refere às receitas correntes, verifica-se um aumento, essencialmente devido ao acréscimo das receitas próprias e impostos directos (particularmente ao aumento do IMI na ordem dos 34,65% e IMT na ordem dos 51,32%). A receita cobrada localmente teve também um aumento de 4,51%, que inclui os impostos indirectos – licenças pagas por empresas, taxas, loteamentos e obras, que são aquelas que são pagas pelos particulares e ainda a aquisição de bens e serviços.-----

----- No que concerne às despesas correntes, verificou-se um aumento de 4,96%, que se deve principalmente a despesas relacionadas com as actividades de enriquecimento curricular na área da educação e também devido a uma candidatura efectuada ao programa Foral, que se reflecte, em termos de formação, a nível corrente.-----

----- Quanto à Evolução das Grandes Opções do Plano, dão a conhecer algumas actividades desenvolvidas pelo município ao longo de 2006, nomeadamente a conclusão dos armazéns municipais, bem como a aquisição de todo o mobiliário e equipamento necessário e ainda a melhoria das condições de higiene e segurança dos trabalhadores. Procedeu-se ainda à compra de mobiliário e equipamento tendo em vista a melhoria do atendimento ao público.-----

----- Na área da educação o maior investimento vai para a construção do edifício Pré-Escolar de Penacova e aquisição de equipamento para o tornar operacional.-----

----- Relativamente à Evolução de Outros Financiamento, que incluem os Fundos Municipais Correntes, os Fundos Municipais Capital, os Fundos Comunitários, entre outros, verifica-se que em relação aos Fundos Municipais não houve aumento comparativamente ao ano de 2005 e 2006. Quanto aos Fundos Comunitários houve um decréscimo.-----

----- No que respeita à Cooperação Técnica e Financeira, constata-se um aumento da receita, sobretudo devido ao contrato programa para a Recuperação da Zona Histórica de Penacova. -----

----- Quanto ao Endividamento Autárquico – curto prazo, verifica-se que durante todo o ano de 2006 o município fez uma boa gestão de Tesouraria, uma vez que não houve necessidade de recorrer a empréstimos de curto prazo. Da mesma forma como não necessitou de contrair empréstimos a médio e longo prazo. -----

----- Fazendo uma breve análise da estrutura das despesas de funcionamento, que são aquelas que são essenciais ao decorrer da actividade do município, verifica-se que houve uma diminuição das despesas com pessoal de 2,36%.-----

----- Na aquisição de bens e serviços houve um aumento, destacando-se as despesas na área da educação, nomeadamente serviços de higiene e limpeza, transportes escolares, etc.-----

----- As transferências correntes referem-se essencialmente a protocolos celebrados com as colectividades no âmbito do desporto, ao programa da rede de expansão pré-escolar – protocolos celebrados com as diversas colectividades do concelho e IPSS e Juntas de Freguesia, no âmbito de actividades de enriquecimento curricular.-----

----- Relativamente ao investimento da autarquia, verifica-se uma diminuição, também devido aos entraves colocados pela administração central, que introduziu o conceito do endividamento líquido, para não aumentar o défice, de forma a cumprir os requisitos impostos pela União Europeia, houve necessidade de definir algumas regras, introduzindo a formula de endividamento líquido que nos diz que em 31 de Dezembro o endividamento (que nos é dado pelo Activo menos o Passivo), não pode ser superior ao do ano anterior. Como o município não podia diminuir as despesas de funcionamento, que não tem grande margem de manobra e como estava no final o III QCA, o investimento diminui um pouco, se bem que mantém níveis bastante aceitáveis, dadas as condições impostas. -----

----- De realçar que, tal como se verifica nos anos anteriores, o município cumpriu o principio do equilíbrio orçamental, que nos diz que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes, constatando-se que transferimos valores das receitas correntes para investimento, ou seja, despesas de capital, já que as receitas de capital são reduzidas para fazer face às despesas. -----

----- A nível de pessoal, podemos ver que, tanto as despesas com pessoal do quadro, como as despesas do pessoal fora do quadro, se encontram dentro dos limites impostos por lei. -----

----- Relativamente à capacidade de endividamento, também verificamos que em 2006 o município utilizou 48,37%. -----

----- Quanto à situação patrimonial face ao balanço apresentado, verifica-se que há um aumento de 9.80% do activo total, devendo-se essencialmente ao aumento do activo fixo (que tem a ver com as imobilizações corpóreas, como obras concluídas e em curso). -----

----- Verifica-se também um aumento do activo circulante, que se deve fundamentalmente aos depósitos em instituições bancárias, dado que o município no final do ano transitou com um saldo de 938.028,33€. -----

----- As dívidas a médio e longo prazo diminuíram em cerca de 297.136,26€, que se deve à amortização de empréstimos. A curto prazo tivemos um aumento das dívidas, apesar de termos uma descida a nível dos fornecedores do imobilizado e ao Estado e outros entes públicos, nomeadamente em relação ao apuramento do IVA no final do ano. Os credores tiveram um aumento de 40.376,43€, não sendo especificamente dívidas do

município mas sim contas relacionadas com operações de tesouraria, valores retidos (descontos de funcionários, reforço de caução relativas a obras em curso, etc.). -----

----- No que se refere aos fundos próprios, constituídos pelo património, reservas legais, doações, resultados transitados e resultado líquido do exercício, verificamos que houve um aumento, que se deve ao aumento do resultado líquido do exercício no montante de 1.980.518,06€. -----

----- Analisando os custos operacionais, verificamos que houve diminuição no custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas. Nos fornecimentos e serviços externos houve um aumento que se deve essencialmente, às actividades de enriquecimento curricular, energia eléctrica encargos com instalações, etc.). -----

----- Os custos com pessoal têm uma diminuição e as transferências e subsídios tem uma aumento. -----

----- De realçar o acréscimo verificado nas amortizações do exercício, que resulta da inventariação do património, passando do imobilizado em curso para o imobilizado definitivo, aquando da conclusão das obras e que tem uma taxa de amortização reflectida como custo. -----

----- Os proveitos e ganhos operacionais tiveram um pequeno aumento, nomeadamente na venda e prestação de serviços (por ex. venda de água) e também nos impostos e taxas. -----

----- Relativamente a custos e perdas financeiras, houve um acréscimo de 2,10%, que se deve sobretudo aos sucessivos aumentos da taxa de juro no ano de 2006. -----

----- Os proveitos e ganhos financeiros tiveram uma pequena diminuição de 2,43%, resultado também da transferência para a Penaparque, E.M., na exploração dos módulos do parque industrial da Espinheira. -----

----- O resultado extraordinário, tal como no ano anterior é negativo, devendo-se essencialmente às transferências de competências do município para as freguesias, através da celebração de protocolos. -----

----- Os proveitos e ganhos extraordinários tiveram um aumento, que se deve essencialmente às transferências de verbas contabilizadas na conta 27.4.5, que tem a ver com os proveitos diferidos que se referem a obras participadas por fundos comunitários, só podem ser transferidas para proveitos à medida que o bem vai sendo amortizado e como foram feitas algumas transferências, houve um aumento. -----

----- Temos também alguns rácios que nos falam sobre a situação económica da autarquia, verifica-se que em termos de solvabilidade tem um valor melhor que o ano anterior, porque os recursos da autarquia são superiores aos recursos alheios. -----

----- Em termos de autonomia financeira tivemos um aumento de 2,7%. -----

----- Todos estes rácios demonstram a liquidez da autarquia, verificamos um aumento por exemplo em termos de liquidez imediata – disponibilidade sobre o elegível corpóreo, verificamos que as despesas que a autarquia tinha a 31 de Dezembro cobrem em 152,89% os débitos a curto prazo. -----

----- Isto significa que a autarquia tem disponibilidade suficiente para a qualquer momento fazer face às suas dívidas. -----

----- O grau de dependência de empréstimos a médio e longo prazo desceu sobre o activo total, assim como os resultados operacionais sobre os encargos financeiros. -----

----- Todos estes rácios demonstram que, em termos financeiros a autarquia está numa boa situação financeira. -----

----- **Vereador António Ralha Ribeiro** -----

----- Elogiou e deu os parabéns à técnica pela execução do trabalho que hoje se apresenta, através de todos os índices calculados, que dão credibilidade às empresas e garantia de liquidez e estabilidade, neste caso à Câmara Municipal. -----

----- Considera que de facto está um trabalho exemplar, que deve ser valorizado, perceptível até para quem tenha poucos conhecimentos na matéria, e por isso a sua referência. -----

----- **Vereador Álvaro José Manaia Pinheiro** -----

----- Também pretende deixar uma palavra de apreço pelo trabalho realizado, apresentado de forma clara e acessível. -----

----- Relativamente ao que investimento realizado reflecte um pouco aquilo que são as ambições dos dirigentes. Este relatório vem no seguimento daquilo que a Câmara entendeu fazer, baseado em determinadas opções e estratégias, que respeita. -----

----- **Vereador Pedro Miguel Marques Carpinteiro** -----

----- Deixou uma nota de apreço aos funcionários da autarquia pelo trabalho desenvolvido ao longo do ano, que também se reflecte em termos operacionais. -----

----- Agradeceu o trabalho patente neste relatório, por parte da secção financeira, nomeadamente da técnica Dr<sup>a</sup> Anabela, que é esclarecedor da forma como foram tratados todos estes índices e espelha a situação da autarquia. -----

----- Salientou que, apesar das contingências colocadas à autarquia, verificámos que em termos de variações absolutas, os valores foram iguais aos do ano anterior. -----

----- Apesar dos condicionalismos em termos de Orçamento de Estado, do acréscimo de competências para as autarquias locais e que são eminentes, o que leva a aumento das despesas correntes, conseguiram-se os resultados que aqui são retratados. Estes resultados têm a ver com a libertação de receita corrente para fazer face à despesa de capital, o que reflecte a continuidade de uma gestão criteriosa e com capacidade de deixar margem para fazer face a estas situações. Isto porque independentemente de termos tido algum tipo de apoio a nível das transferências de competências, os municípios ficam sempre com um encargo muito superior ao que estes valores traduzem. -----

----- Realçou a área do desporto, que reflectiu um conjunto de resultados por parte de algumas colectividades, que foram importantes, tal como é referido neste relatório. -----

----- Isto resulta também da forma como foram aplicados os apoios concedidos pela autarquia, que permitiu a algumas colectividades acederem a outro nível de competição, pelo que deixa aqui também uma palavra de apreço para todas elas, particularmente a todas as que estiveram envolvidas nesse trabalho durante o ano de 2006. -----

----- Posto a votação o Relatório de Gestão e Prestação de Contas do ano económico de 2006 do Município de Penacova, foi aprovado por unanimidade. -----

### **3.2.3 - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.-----**

#### ***Proposta***

----- De acordo com as Demonstrações financeiras do ano de 2006, o resultado líquido do exercício ascendeu a €1.980.518,06 que se pode verificar tanto na Demonstração dos Resultados como no Balanço.-----

----- A aplicação do resultado líquido do exercício é aprovada pelo órgão deliberativo mediante proposta € 1.980.518,06 fundamentada do órgão executivo. -----

----- Nos termos do estipulado no ponto 2.7.3 do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22/2, a Câmara Municipal propõe a seguinte aplicação de resultados:-----

1º O montante do Resultado Líquido do Exercício no valor de € 1.980.518,06 seja transferido para a conta 59 – “Resultados Transitados”; -----

2º Constituem Reservas Legais no montante de € 99.025,90 correspondentes a 5% do Resultado Líquido do Exercício. -----

----- Analisado o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta.-----

### **3.2.4 - APROVAÇÃO DE PROTOCOLO COM A FREGUESIA DE PENACOVA, PARA CONSTRUÇÃO DE AQUEDUTOS E REPARAÇÃO DE MUROS NA PONTE. -----**

----- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a celebração de um protocolo com a Freguesia de Penacova, para a transferência do montante de € 4.996 (quatro mil novecentos e noventa e seis euros), correspondente a 80% do valor dos trabalhos de construção de aquedutos e reparação de muros na Ponte. --- -

----- Mais deliberou autorizar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à sua assinatura.-----

### **3.2.5 - INFORMAÇÕES DOS CARTÓRIOS NOTARIAIS - RELAÇÃO DOS ACTOS EFECTUADOS NOS TERMOS DO N.º 5 DO ARTIGO 55º DO CIMT. -----**

----- Presentes ao Executivo as informações dos Cartório Notariais, relativas aos actos efectuados, nos termos do n.º 5 do artigo 55º do CIMT, relativos ao mês de Março. ----

----- O Executivo tomou conhecimento.-----

### **3.2.6 – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DA PENAPARQUE 2 – GESTÃO E PROMOÇÃO DE EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS E.M. -----**

----- Presente o Relatório de Gestão e Prestação de Contas da Penaparque 2 – Gestão e Promoção de Equipamentos Municipais E.M.. -----

----- Analisado o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar o referido relatório e contas. -----

### **3.3 - EXPEDIENTE GERAL**

#### **3.3.1 - RELATÓRIO E CONTAS DE 2006 DA ADELO - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DA BAIRRADA E MONDEGO. -----**

----- Presente o Relatório e Contas de 2006 da ADELO - Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego.-----

----- O Executivo tomou conhecimento.-----

## **PONTO IV DIVISÃO DE ACÇÃO SOCIAL, CULTURAL E EDUCATIVA**

### **4.1 - TURISMO**

#### **4.1.1 - OFÍCIO DA FATASUL - FEIRAS E EXPOSIÇÕES DO SUL - PARTICIPAÇÃO NA XXVIII FEIRA DE ARTESANATO, TURISMO, AGRICULTURA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE LAGOA. -----**

----- Presente ao Executivo o Ofício da FATASUL - Feiras e Exposições do Sul, relativo à participação na XXVIII Feira de Artesanato, Turismo, Agricultura, Comércio e Indústria de Lagoa. -----

----- Analisado o assunto, foi opinião consensual que não se justifica a participação da autarquia nesta feira, dada a distância a que decorre, mostrando-se no entanto disponível para assumir as despesas com transporte público da artesã. -----

## **PONTO V DIVISÃO DE OBRAS SERVIÇOS URBANOS E AMBIENTE**



## 5.1 - LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES

5.1.1 - Análise dos seguintes processos:-----

### ARQUITECTURA

----- O Senhor Presidente da Câmara, Maurício Teixeira Marques, deu conhecimento que deferiu, no uso da delegação de competências que lhe foram feitas pelo Executivo em 04/11/2005, os seguintes processos de obras:-----

----- Processo de Obras n.º 396/1996 de Filipe Figueiredo, residente em Carvoeira, solicitando aprovação do projecto de alterações em Carvoeira. -----

----- Deferiu a pretensão de acordo com os pareceres técnicos anexos ao processo e concedeu-lhe o prazo de 180 dias para a entrega dos processos da especialidade. -----

----- Processo de Obras n.º 463/1999 de Álvaro Martins Rodrigues, residente em Chelo, solicitando aprovação do projecto de alterações em Chelo. -----

----- Deferiu a pretensão de acordo com os pareceres técnicos anexos ao processo e concedeu-lhe o prazo de 180 dias para a entrega dos processos da especialidade. -----

----- Processo de Obras n.º 83/1995 de Fernando Manuel Batista Duarte, residente em Cheira, solicitando aprovação do projecto de alterações em Cheira. -----

----- Deferiu a pretensão de acordo com os pareceres técnicos anexos ao processo e concedeu-lhe o prazo de 180 dias para a entrega dos processos da especialidade. -----

----- Processo de Obras n.º 547/2006 de Clarinda Maria Duarte Henriques, residente em S. Pedro de Alva, solicitando aprovação do projecto de arquitectura para construção de moradia em S. Pedro de Alva. -----

----- Deferiu a pretensão de acordo com os pareceres técnicos anexos ao processo e concedeu-lhe o prazo de 180 dias para a entrega dos processos da especialidade. -----

----- Processo de Obras n.º 563/2006 de Alcino Silva Sousa, residente em Lorvão, solicitando aprovação do projecto de arquitectura para legalização de moradia em Lorvão. --

----- Deferiu a pretensão de acordo com os pareceres técnicos anexos ao processo e concedeu-lhe o prazo de 180 dias para a entrega dos processos da especialidade. -----

----- Processo de Obras n.º 618/2006 de José Carlos Duarte Mateus, residente em São Paio do Mondego, solicitando aprovação do projecto de arquitectura para reconstrução de moradia em São Paio do Mondego -----

----- Deferiu a pretensão de acordo com os pareceres técnicos anexos ao processo e concedeu-lhe o prazo de 180 dias para a entrega dos processos da especialidade. -----

----- Processo de Obras n.º 620/2006 de Ruas e Quarteirões Lda, residente em Travanca do Mondego, solicitando aprovação do projecto de arquitectura para construção de armazém em Travanca do Mondego -----

----- Deferiu a pretensão de acordo com os pareceres técnicos anexos ao processo e concedeu-lhe o prazo de 180 dias para a entrega dos processos da especialidade. -----

----- Processo de Obras n.º 678/2006 de João Paulo da Silva Matias, residente em Rôxo, solicitando aprovação do projecto de arquitectura para construção de moradia em Rôxo. -----

----- Deferiu a pretensão de acordo com os pareceres técnicos anexos ao processo e concedeu-lhe o prazo de 180 dias para a entrega dos processos da especialidade. -----

----- Processo de Obras n.º 02/2007 de Leonildo Ramires Duarte Ferreira, residente em Oliveira do Mondego, solicitando aprovação do projecto de arquitectura para construção de moradia em Oliveira do Mondego. -----

----- Deferiu a pretensão de acordo com os pareceres técnicos anexos ao processo e concedeu-lhe o prazo de 180 dias para a entrega dos processos da especialidade. -----

## LICENCIAMENTO

----- O Senhor Presidente da Câmara, Maurício Teixeira Marques, deu conhecimento que deferiu, no uso da delegação de competências que lhe foram feitas pelo Executivo em 04/11/2005, os seguintes processos de obras:-----

----- Processo de Obras n.º 344/2003 de Talho Abranches Lda, de S. Pedro de Alva, solicitando aprovação do projecto de alterações em S. Pedro de Alva. -----

----- Deferiu a pretensão de acordo com os pareceres dos Serviços Técnicos. ----- -

----- Processo de Obras n.º 252/2004 de António Jesus Borges, residente em S. Mamede, solicitando aprovação do projecto de alterações em São Mamede. -----

----- Deferiu a pretensão de acordo com os pareceres dos Serviços Técnicos. ----- -

----- Mais procedeu à liquidação das taxas, nos termos do artigo 117.º do Decreto Lei 555/99, de 16/12, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 177/01, de 04/06, de acordo com a informação anexa ao processo. -----

----- Processo de Obras n.º 30/2006 de Celeste Maria Alves Costa, residente em Espinheira, solicitando aprovação do licenciamento para construção de moradia em Espinheira, tendo requerido para a realização dos trabalhos 24 meses. -----

----- Deferiu a pretensão de acordo com os pareceres dos Serviços Técnicos e concedeu-lhe o prazo de 24 meses para a execução da obra. ----- -

----- Mais procedeu à liquidação das taxas, nos termos do artigo 117.º do Decreto Lei 555/99, de 16/12, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 177/01, de 04/06, de acordo com a informação anexa ao processo. -----

----- Processo de Obras n.º 366/2006 de Maria de Lourdes Oliveira Fernandes Couceiro, residente em Vale Maior, solicitando aprovação do licenciamento para reconstrução e ampliação de moradia em Vale de Maior, tendo requerido para a realização dos trabalhos 24 meses. -----

----- Deferiu a pretensão de acordo com os pareceres dos Serviços Técnicos e concedeu-lhe o prazo de 24 meses para a execução da obra. ----- -

----- Mais procedeu à liquidação das taxas, nos termos do artigo 117.º do Decreto Lei 555/99, de 16/12, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 177/01, de 04/06, de acordo com a informação anexa ao processo. -----

----- Processo de Obras n.º 616/2006 de Fernando Fernandes Ferreira, residente em Chelo, solicitando aprovação do licenciamento para construção de moradia e anexos em Chelo, tendo requerido para a realização dos trabalhos 48 meses. -----

----- Deferiu a pretensão de acordo com os pareceres dos Serviços Técnicos e concedeu-lhe o prazo de 48 meses para a execução da obra. ----- -

----- Mais procedeu à liquidação das taxas, nos termos do artigo 117.º do Decreto Lei 555/99, de 16/12, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 177/01, de 04/06, de acordo com a informação anexa ao processo. -----

----- Processo de Obras n.º 617/2006 de Ângela de Oliveira Maia, residente em São Mamede, solicitando aprovação do licenciamento para legalização de anexos em São Mamede. -----

----- Deferiu a pretensão de acordo com os pareceres dos Serviços Técnicos. ----- -

----- Mais procedeu à liquidação das taxas, nos termos do artigo 117.º do Decreto Lei 555/99, de 16/12, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 177/01, de 04/06, de acordo com a informação anexa ao processo. -----

----- Processo de Obras n.º 669/2006 de Victor Manuel Oliveira Henriques, residente em Carvoeira, solicitando aprovação do licenciamento para construção de churrasqueira em Carvoeira, tendo requerido para a realização dos trabalhos 3 meses. -----

----- Deferiu a pretensão de acordo com os pareceres dos Serviços Técnicos e concedeu-lhe o prazo de 3 meses para a execução da obra. ----- -

----- Mais procedeu à liquidação das taxas, nos termos do artigo 117.º do Decreto Lei 555/99, de 16/12, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 177/01, de 04/06, de acordo com a informação anexa ao processo. -----

----- Processo de Obras n.º 688/2006 de Manuel dos Santos, residente em Rôxo, solicitando aprovação do licenciamento para construção de casa de arrumos em Rôxo, tendo requerido para a realização dos trabalhos 6 meses. -----

----- Deferiu a pretensão de acordo com os pareceres dos Serviços Técnicos e concedeu-lhe o prazo de 6 meses para a execução da obra. ----- -

----- Mais procedeu à liquidação das taxas, nos termos do artigo 117.º do Decreto Lei 555/99, de 16/12, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 177/01, de 04/06, de acordo com a informação anexa ao processo. -----

----- Processo de Obras n.º 32/2007 de Mário Jorge Santos Ferreira, residente em Paredes, solicitando aprovação do licenciamento para construção de muro de vedação em Paredes, tendo requerido para a realização dos trabalhos 1 mês. -----

----- Deferiu a pretensão de acordo com os pareceres dos Serviços Técnicos e concedeu-lhe o prazo de 1 mês para a execução da obra. ----- -

----- Mais procedeu à liquidação das taxas, nos termos do artigo 117.º do Decreto Lei 555/99, de 16/12, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 177/01, de 04/06, de acordo com a informação anexa ao processo. -----

----- Processo de Obras n.º 493/2007 de Ricardo Alípio Gonçalves Ferreira, residente em Outeiro Longo, solicitando aprovação do licenciamento para construção de muro de vedação em Outeiro Longo. -----

----- Deferiu a pretensão de acordo com os pareceres dos Serviços Técnicos. -----  
----- Mais procedeu à liquidação das taxas, nos termos do artigo 117.º do Decreto Lei 555/99, de 16/12, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 177/01, de 04/06, de acordo com a informação anexa ao processo. -----

### PRORROGAÇÕES

----- O Senhor Presidente da Câmara, Maurício Teixeira Marques, deu conhecimento que deferiu, no uso da delegação de competências que lhe foram feitas pelo Executivo em 04/11/2005, os seguintes processos de obras:-----

----- Processo de Obras n.º 500/2007 de António Fonseca Arsénio, residente em Hombres, solicitando prorrogação da licença n.º 42/2006, por mais 6 meses, para continuação dos trabalhos de construção de barracão em Hombres. -----

----- Deferiu a pretensão de acordo com os pareceres dos Serviços Técnicos e concedeu-lhe o prazo de 6 meses para a execução da obra. -----  
----- Mais procedeu à liquidação das taxas, nos termos do artigo 117.º do Decreto Lei 555/99, de 16/12, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 177/01, de 04/06, de acordo com a informação anexa ao processo. -----

----- Processo de Obras n.º 565/2007 de Armando Alves, residente em Espinheira, solicitando prorrogação da licença n.º 46/2006, por mais 6 meses, para continuação dos trabalhos de remodelação de moradia em Espinheira. -----

----- Deferiu a pretensão de acordo com os pareceres dos Serviços Técnicos e concedeu-lhe o prazo de 6 meses para a execução da obra. -----  
----- Mais procedeu à liquidação das taxas, nos termos do artigo 117.º do Decreto Lei 555/99, de 16/12, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 177/01, de 04/06, de acordo com a informação anexa ao processo. -----

### ISENÇÕES

----- O Senhor Presidente da Câmara, Maurício Teixeira Marques, deu conhecimento que deferiu, no uso da delegação de competências que lhe foram feitas pelo Executivo em 04/11/2005, os seguintes processos de obras:-----

----- Processo de Obras n.º 50/2007 de Arsénio Silva Cruz, residente em Riba de Baixo, solicitando isenção do licenciamento municipal ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16/12, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/01 de 04/06, para reparar muro de vedação e telhado de barracão em Riba de Baixo.-----

----- Deferiu a pretensão de acordo com o parecer dos Serviços Técnicos anexo ao processo. -----

----- Processo de Obras n.º 51/2007 de Elsa Maria Neves de Oliveira, residente em Palmazes, solicitando isenção do licenciamento municipal ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16/12, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/01 de 04/06, para reparação de telhado de garagem em Palmazes. -----

----- Deferiu a pretensão de acordo com o parecer dos Serviços Técnicos anexo ao processo. -----

----- Processo de Obras n.º 53/2007 de Maria Manuela Marques, residente em Ribeira, solicitando isenção do licenciamento municipal ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16/12, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/01 de 04/06, para substituição de telhado de moradia em Ribeira. -----

----- Deferiu a pretensão de acordo com o parecer dos Serviços Técnicos anexo ao processo. -----

----- Processo de Obras n.º 55/2007 de Benícia José Sousa Spínola, residente em Riba de Baixo, solicitando isenção do licenciamento municipal ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16/12, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/01 de 04/06, para reparar telhado de moradia em Riba de Baixo. -----

----- Deferiu a pretensão de acordo com o parecer dos Serviços Técnicos anexo ao processo. -----

----- Processo de Obras n.º 56/2007 de Alda Oliveira Pechim, residente em Laborins, solicitando isenção do licenciamento municipal ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16/12, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/01 de 04/06, para pintura exterior de moradia sita em Laborins. -----

----- Deferiu a pretensão de acordo com o parecer dos Serviços Técnicos anexo ao processo. -----

----- Processo de Obras n.º 57/2007 de Maria Manuela Oliveira Lopes Costa, residente em Miro, solicitando isenção do licenciamento municipal ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16/12, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/01 de 04/06, para substituição de telhado de moradia sita em Miro. -----

----- Deferiu a pretensão de acordo com o parecer dos Serviços Técnicos anexo ao processo. -----

----- Processo de Obras n.º 59/2007 de José Silva Marques, residente em Belfeiro, solicitando isenção do licenciamento municipal ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16/12, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/01 de 04/06, para substituição de telhado de moradia sita em Belfeiro. -----

----- Deferiu a pretensão de acordo com o parecer dos Serviços Técnicos anexo ao processo. -----

----- Processo de Obras n.º 61/2007 de Valentim Duarte Oliveira, residente em Laborins, solicitando isenção do licenciamento municipal ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16/12, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/01 de 04/06, para reparar cozinha em Laborins, necessitando ocupar a via pública com 3 m de materiais pelo prazo de 1 mês. -----

----- Deferiu a pretensão de acordo com o parecer dos Serviços Técnicos anexo ao processo. -----

----- Mais procedeu à liquidação das taxas, nos termos do artigo 117.º do Decreto Lei 555/99, de 16/12, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 177/01, de 04/06, de acordo com a informação anexa ao processo. -----

----- Processo de Obras n.º 62/2007 de António Jesus Marques Sousa, residente em Aveledo, solicitando isenção do licenciamento municipal ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16/12, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/01 de 04/06, para substituição de telhado de moradia sita em Aveledo. --

----- Deferiu a pretensão de acordo com o parecer dos Serviços Técnicos anexo ao processo. -----

## **5.2 - OBRAS MUNICIPAIS**

### **5.2.1 - ABERTURA DE CONCURSO LIMITADO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA LANÇAMENTO DE CONCURSOS, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE EMPREITADAS OU FORNECIMENTOS ATÉ AO ENCERRAMENTO DOS SEUS PROCESSOS. -----**

----- O Executivo deliberou, por unanimidade, determinar a abertura de concurso limitado para Prestação de Serviços para Lançamento de Concursos, Acompanhamento e Fiscalização de Empreitadas ou Fornecimentos até ao encerramento dos seus processos. --

----- Mais deliberou aprovar o Caderno de Encargos e Programa de Concurso. ----

----- A Câmara Municipal deliberou ainda, para a constituição do Júri do concurso, nomear as seguintes pessoas:-----

- Maurício Teixeira Marques (que preside ao Júri); -----
- Mário Magalhães Maia (que substitui o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos);
- Maria Isilda Lourenço Pires Duarte. -----

Suplentes: -----

- Albertino Mendes Santos;
- José Santos Figueiredo.

### **5.2.2 - AUTO DE MEDIÇÃO N.º 1 DA OBRA "CONSTRUÇÃO / AQUISIÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL - OBRAS DE REMODELAÇÃO NO BLOCO HABITACIONAL". -----**

----- Presente ao Executivo o Auto de Medição n.º 1 da obra em epígrafe, no valor de 14.566,36 Euros (catorze mil quinhentos e sessenta e seis euros e trinta e seis cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal em vigor. -----

----- O Executivo, tendo em conta o parecer dos Serviços Técnicos, deliberou por unanimidade, aprovar o auto de medição referido, bem como autorizar o seu pagamento. ---

## **5.3 - SANEAMENTO BÁSICO**

### **5.3.1 - RELATÓRIO DE DECISÃO FINAL DA COMISSÃO DE ANÁLISE DAS PROPOSTA DA OBRA "SISTEMA DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ESGOTOS DAS FREGUESIAS DO CONCELHO - SISTEMA ELEVATÓRIO DE ESGOTOS DE VILA NOVA E OBRAS COMPLEMENTARES". -----**

----- Tendo em conta o Relatório Final desenvolvido pela Comissão de Análise das Propostas, o Executivo deliberou, por unanimidade, adjudicar a obra "Sistema de Drenagem e Tratamento de Esgotos das Freguesias do Concelho - Sistema Elevatório de Esgotos de Vila Nova e Obras Complementares", à firma Cipriano Pereira de Carvalho & Filhos, Lda., pelo montante de 66.057,93 Eur (sessenta e seis mil cinquenta e sete euros e noventa e três cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal em vigor. -----



----- Mais deliberou ordenar ao Oficial Público a celebração do correspondente contrato de empreitada. -----

**5.3.2 - AUTO DE MEDIÇÃO N.º 8 DA OBRA "SISTEMA DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ESGOTOS DAS FREGUESIAS DO CONCELHO - SÃO PAIO DO MONDEGO - EMISSÁRIO, ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE ESGOTOS".** -----

----- Presente ao Executivo o Auto de Medição n.º 8 da obra em epígrafe, no valor de 19.706,35 Euros (dezanove mil setecentos e seis euros e trinta e cinco cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal em vigor. -----

----- O Executivo, tendo em conta o parecer dos Serviços Técnicos, deliberou por unanimidade, aprovar o auto de medição referido, bem como autorizar o seu pagamento. ---

**5.3.3 - AUTO DE MEDIÇÃO N.º 8 DA OBRA "SISTEMA DE DRENAGEM TRATAMENTO DE ESGOTOS ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO - REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DAS POVOAÇÕES DE AVELEIRA, RÔXO E S. MAMEDE".** -----

----- Presente ao Executivo o Auto de Medição n.º 8 da obra em epígrafe, no valor de 76.568,32 Euros (setenta e seis mil quinhentos e sessenta e oito euros e trinta e dois cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal em vigor. -----

----- O Executivo, tendo em conta o parecer dos Serviços Técnicos, deliberou por unanimidade, aprovar o auto de medição referido, bem como autorizar o seu pagamento. ---

----- Nos termos do artigo 83.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, o Executivo deliberou, por unanimidade, reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre o assunto, incluir na ordem de trabalhos os seguintes pontos: -----

**1 – Aquisição de Mini Autocarro Toyota / Caetano – Ótimo 2K, através da Central de Compras da Direcção Geral do Património.** -----

----- O Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a compra do mini autocarro Toyota / Caetano – Ótimo 2K, através da Central de Compras da Direcção Geral do Património, a Toyota Caetano Portugal, S.A., pelo montante de 70.338,76€ (setenta mil trezentos e trinta e oito euros e setenta e seis cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal em vigor. -----

## **2 – Orçamento da firma Areia Centro – Construções, S.A., para carregamento e colocação de inertes na Praia Fluvial do Reconquinho.-----**

----- Analisado o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar o orçamento apresentado pela Areia Centro – Construções S.A., para carregamento e colocação de 1000 m<sup>3</sup> de inertes na Praia Fluvial do Reconquinho, no valor de € 2,60/m<sup>3</sup> (dois euros e sessenta cêntimos por metro cúbico).-----

## **3 – Parecer para Atribuição de Subsídio para Livros no Âmbito da Acção Social Escolar – 1º CEB.-----**

----- Segundo o Artigo 2º do Regulamento para atribuição de auxílios económicos no âmbito do 1º CEB, a componente de apoio à família prevê o apoio para livros e material escolar aos alunos que frequentam o referido nível de ensino.-----

----- Segundo o Regulamento Interno o 1º Escalão corresponde a 100% da comparticipação da Autarquia, o 2º Escalão a 50% da comparticipação da família e a 50% da Autarquia e o 3º Escalão a 100% de comparticipação da família. -----

----- No Sector de Acção Social deram entrada três pedidos de apoio para pagamento de livros, que foram objecto de análise pela Equipa Técnica do referido sector.

Os alunos **Bruno Miguel Veiga Caiiro; Bernardo José Veiga Caiiro e Ana Beatriz Veiga Caiiro**, residentes na Foz do Caneiro, filhos de Ana Teresa Lopes Veiga Caiiro (Encarregada de Educação, NIF n.º 193899108) e de José Pedro Azambuja Caiiro, frequentam a Escola do 1º CEB de Lorvão. Pertencem a um agregado familiar do tipo nuclear com filhos, composto por pai, mãe, e 4 filhos (6 elementos). Em termos económicos apresentam baixos recursos face às despesas fixas mensais com a habitação, educação, saúde, etc. Tendo em consideração o rendimento per capita calculado, a Equipa Técnica propôs a atribuição do 1º Escalão, parecer aprovado em reunião de câmara a 15/09/2006. --

----- Face ao exposto, propõe-se o pagamento do valor total dos livros para cada criança (33,03€+33.03€+38.78€ = 104.84€). -----

----- Analisado o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, concordar com o parecer do Sector de Acção Social desta Autarquia. -----

## **4 – Parecer para Atribuição de Subsídio para Actividades de Complemento Curricular (visitas de estudo) no âmbito da Acção Social Escolar para o 1.º CEB.-----**

----- O Agrupamento de Escolas de S. Pedro D`Alva vai realizar no próximo dia 25 de Maio uma visita de estudo ao Oceanário e a alguns locais históricos da cidade de Lisboa. O custo da visita de estudo corresponde a 15€ por criança (inclui transporte e entradas nos locais a visitar). -----

----- Segundo o artigo 3º, n.º 1, 2 e 3 do Regulamento para atribuição de auxílios económicos para o 1º Ciclo de Ensino Básico “as crianças podem beneficiar de apoio para refeição, livros, material escolar e actividades complementares (visitas de estudo) ” e as

comparticipações são definidas no início do ano lectivo através do parecer do sector de acção social da autarquia, mediante a apresentação de requerimento próprio.-----  
----- Assim, propõe-se o pagamento do valor total da visita de estudo aos alunos integrados no 1º Escalão (13 alunos x 15€ → 195€) e 50% aos alunos integrados no 2º Escalão (10 alunos x 7, 50€ → 75€), sendo o valor total da verba de 270€. -----

----- Analisado o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, concordar com o parecer do Sector de Acção Social desta Autarquia. -----

## **5 – Análise do pedido de apoio para construção de habitação.-----**

----- A situação do munícipe Adelino Duarte Ferreira, de 76 anos, solteiro, residente em Travanca do Mondego foi sinalizada no sector Acção Social a 29 de Novembro de 2006, através de um pedido de apoio pelo Presidente da Junta de Freguesia de Travanca do Mondego, na qual solicitava o estabelecimento de um protocolo com a Autarquia para a construção de casas de banho sociais, tendo em conta duas situações na referida freguesia, com características similares de isolamento social e baixos recursos económicos.-----

----- No dia 19 de Dezembro de 2005 foi realizada uma visita domiciliária para análise da situação socio-económica do referido munícipe. O Sr. Adelino vive sozinho, sem suporte familiar, na cave da habitação de um familiar com quem mantém um contacto ocasional. A cave é constituída por uma divisão, sem casa de banho e com o chão térreo. Após a intervenção da Junta de Freguesia foi possível melhorar as condições de habitabilidade do utente através da colocação de mosaico e a construção de uma casa de banho (sanita e chuveiro). -----

----- O Sr. Avelino apresenta baixos recursos económicos face às despesas mensais fixas para medicação e frequência de apoio domiciliário e Centro de dia prestado através da Fundação Mário Cunha Brito, recebe uma pensão de velhice no valor de 223€/mês. Apresenta problemas de saúde graves ao nível da circulação sanguínea que necessitam de tratamentos diários.-----

----- O Sector de Acção Social sinalizou a situação na lista das situações de carência habitacional do concelho e tendo em consideração a situação apresentada e dado o empenhamento demonstrado pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia em resolver a situação, em nosso parecer, justifica-se o estabelecimento do Protocolo solicitado, tendo em conta os orçamentos em anexo. -----

----- Analisado o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, concordar com o parecer do Sector de Acção Social desta Autarquia e assim autorizar: -----

**----- Celebração de Protocolo com a Freguesia de Travanca do Mondego, para apoio a obras de âmbito social na habitação do Sr. Adelino Duarte Ferreira.-----**

----- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a celebração de um protocolo com a Freguesia de Travanca do Mondego, para a transferência do montante de € 2.380,00 (dois mil trezentos e oitenta euros), para a apoio a obras na habitação do Sr. Adelino Duarte Ferreira. -----

----- Mais deliberou autorizar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à sua assinatura.-----

## 6 – Apoio Financeiro aos Projectos / Acções Educativas. -----

----- No que respeita à atribuição de apoio financeiro aos Projectos/Acções Educativas do Município de Penacova para o ano lectivo 2006/2007, apresentamos a seguinte proposta, tendo em conta as normas de candidatura para o presente ano lectivo, definidas em Fevereiro de 2007: -----

Nº	DESIGNAÇÃO	INSTITUIÇÕES	LIVROS*	TRANSPORTE	TOTAL
1	Incentivar o gosto pela leitura e escrita	Jl S. Mamede Jl Aveleira Jl Lorvão	325 €	200	<b>525</b>
2	Incentivar o gosto pela leitura e escrita	EB1 Aveleira EB1 S. Mamede EB1 de Lorvão EB1 do Roxo	515 €	750	<b>1265</b>
3	Entre Gerações	Stª Casa da Misericórdia			
4	Vamos aprender a ler	Jl Chelo EB1 Chelo	130 €		<b>250</b>
5	Jornal Escolar Alvinho	Agrupamento de S. Pedro			<b>250</b>
6	Biblioteca Escolar/Literatura Infantil	Jl de S. Pedro de Alva	200 €		<b>250</b>
7	Brincar com as histórias	Crianças do complemento de horário do Jl de S. Pedro			
8	Dias Festivos	Agrupamento de S. Pedro			<b>500</b>
9	O prazer da leitura	1º CEB de SPA		550	<b>550</b>
10	Hora do Livro	1º CEB de SPA	550 €		<b>550</b>
11	Ler para crescer	EB1 de Figueira	595 €		<b>595</b>
12	Escada de acesso às Estufas	Agrupamento de SPA			
13	Observando para aprender II	Escola 2,3/S de Penacova (alunos do 3º CEB e Secundário)			<b>600</b>

14	Crescer a Ler	Centro Escolar do Seixo	260 €	275	<b>615</b>
15	Era uma vez	EB1 Espinheira EB1 Contenças JI Sazes	230 €	275	<b>600</b>
16	Ler e sonhar	EB1 Penacova	655 €		<b>655</b>
17	Ler é pensar e falar nas letras	JI da Cheira	100 €	350	<b>450</b>
18	Ao encontro dos livros	JI Penacova	395 €	450	<b>845</b>
19	As ciências também lêem	EB 2,3 e Secundária	1.500 €		<b>1500</b>
			<b>5455,00</b>	<b>2850</b>	<b>10000</b>

\*10 € / livro / 2 alunos

----- A verba atribuída para a aquisição de livros no âmbito do Plano Nacional da Leitura deve ser gasta na totalidade, ou seja será considerada verba mínima. No final do ano lectivo deverá ser entregue com a respectiva avaliação os comprovativos da despesa.-----

----- Em resumo, para o Agrupamento de Escolas de Penacova serão atribuídos **7900 EUROS** e para o Agrupamento de Escolas de S. Pedro de Alva serão atribuídos **2100 EUROS**. -----

----- Analisado o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, concordar com o parecer do Sector de Acção Social desta Autarquia. -----

## **7 – Aditamento ao Protocolo celebrado com o Centro Social Paroquial de Lorvão. -----**

----- Em aditamento ao Protocolo celebrado entre MUNICÍPIO DE PENACOVA, primeiro outorgante, e-----

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE LORVÃO, segundo outorgante, assinado a 30 de Outubro de 2007, -----

E tendo em conta que a partir do dia 1 de Janeiro de 2007, o Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Coimbra alterou o Acordo de CATL de Lorvão e do Roxo deixando de pagar os almoços e considerando o Despacho nº22251/2005, de 25 de Outubro, -----

O primeiro outorgante, relativamente ao fornecimento de refeições nas Escolas do 1º CEB de Lorvão e do Roxo, compromete-se a pagar por refeição e durante o período de aulas: -----

a) o valor de 1,75€ (um euro e setenta e cinco cêntimos) por refeição no caso das crianças da EB1 de Lorvão que estão isentas de pagamento; -----

b) o valor de 1,06€ (um euro e seis cêntimos) por refeição no caso das crianças da EB1 de Lervão cuja refeição é comparticipada pelo Município em 50%; -----  
c) o valor de 0,42€ (quarenta e dois cêntimos) por refeição no caso das crianças das EB1 do Roxo e 0,37€ no caso das crianças da EB1 de Lervão. -----

Relativamente ao fornecimento de refeições, o segundo outorgante compromete-se, para além do que está definido nas alíneas a) a g) do Protocolo, a: -----  
h) entregar mensalmente ao Município o mapa das refeições servidas nas EB1 de Lervão e Roxo. -----

----- Discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar o aditamento ao protocolo com o Centro Social Paroquial de Lervão. -----

#### **8 – Transferência de verba para a Casa do Povo de Penacova, para apoio à reconstrução do edifício sede. -----**

----- O Executivo deliberou, por unanimidade autorizar uma transferência de verba para a Casa do Povo de Penacova, no montante de 4.000€ (quatro mil euros), para apoio à reconstrução do Edifício Sede. -----

#### **9 – Transferência de verba para a Associação de Pais do Agrupamento de Escolas de Penacova. -----**

----- O Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar uma transferência de verba no montante de 500€ (quinhentos euros), à Associação de Pais do Agrupamento de Escolas de Penacova. -----

#### **10 – Aprovação de Orçamentos da Auto-Sueco (Coimbra), para reparação de viatura de recolha de lixo. -----**

----- Analisado o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar os orçamentos da Auto-Sueco (Coimbra), nºs 3075/70347 e 3075/70331, no total de 7.147,18€ (sete mil cento e quarenta e sete euros e dezoito cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal em vigor, referente à reparação do veículo 7446MC. -----

----- Esta acta foi aprovada em minuta para efeitos executórios imediatos. -----

## ENCERRAMENTO

----- Não havendo mais nada a tratar, o Excelentíssimo Presidente declarou encerrada a reunião, quando eram dezassete horas e trinta minutos. -----

----- Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente acta, que vai ser assinada por aquele Excelentíssimo Presidente do Executivo e pelo Secretário da reunião. -